

O TERCEIRO SETOR ATUANDO NA “AUSÊNCIA” DO ESTADO NO CUIDADO AO IDOSO

THE THIRD SECTOR ACTING IN THE "ABSENCE" OF THE STATE IN THE CARE OF THE ELDERLY

141

Paula Roberta Torres Silva¹
Josiete da Silva Mendes²
Ericka Almeida Neto Santos³
Josival Alênio Lopes Nogueira⁴

RESUMO: O Terceiro Setor surge a partir da necessidade de cumprir demandas específicas que não foram abarcadas pelos demais setores (Estado e Mercado), a exemplo das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que zelam pela proteção e cuidado ao idoso. Assim, faz-se necessário entender como surgiram e sobrevivem essas organizações do Terceiro Setor na perspectiva de “ausência” do Estado no cumprimento da política pública. Desse modo, o presente artigo objetiva identificar como se dá essa relação entre Terceiro Setor e Estado, a partir das falas dos sujeitos entrevistados que atuam em uma ONG de cuidado ao idoso no município de Salgueiro-Pernambuco. Para tanto, metodologicamente a pesquisa se enquadra como qualitativa, baseada em um roteiro de entrevista estruturado, observações e análise documental e de conteúdo. Teoricamente, segue-se a perspectiva da Teoria da Coopetição, seguindo os fundamentos de Amorim *et al.* (2018). Os resultados constatarem que há uma relação controversa da ONG referente ao Estado, pois embora a organização tenha obtido algumas contribuições indiretas do Estado (o projeto Humanidade - parceria do Estado com o banco Itaú e do Fundo Nacional de Assistência Social), atualmente não se tem continuidade entre ambas as partes de cooperação, e a entidade luta constantemente em prol da sobrevivência organizacional.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Estado; Idoso; Coopetição; ONG.

ABSTRACT: The Third Sector arises from the need to meet specific demands that were not covered by other sectors (State and Market), such as Non-Governmental Organizations (NGOs) that ensure the protection and care of the elderly. Thus, it is

¹ Graduada em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: pauladibah@gmail.com

² Professora Assistente na Universidade de Pernambuco (UPE). Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: josiete.ifpb@gmail.com

³ Graduada em Administração na Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: ericka.almeida@upe.br

⁴ Graduando em Administração na Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: josival.alenio@upe.br



necessary to understand how these Third Sector organizations emerged and survive from the perspective of the “absence” of the State in fulfilling public policy. Thus, this article aims to identify how this relationship between the Third Sector and the State takes place based on the speeches of volunteer agents of the cause who work in an NGO in the city of Salgueiro-Pernambuco. Therefore, methodologically, the research is qualitative, based on a structured interview script, observations and document and content analysis. Theoretically, it follows the perspective of the Theory of Coopetition, following the foundations of Amorim et al. (2018). The relevant results show that there is a controversial relationship between the NGO and the State. Although it has obtained some indirect contributions from the State, the Humanity project: State partnership with Banco Itaú, and the National Social Assistance Fund (FNAS), but currently there is no continuous cooperation relationship between both parties, but an individual struggle constant for the sake of survival.

Keywords: Third sector; State; Elderly; Coopetition; NGO.

INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é composto por um conjunto de organizações voluntárias dotadas de autonomia e administração própria em que atuam com o interesse de produzir bens e serviços públicos. Assim, pode-se entendê-lo conceitualmente como a junção de ações voluntárias desempenhadas a partir de um princípio: o bem comum da sociedade. Essas ações voluntárias são iniciativas de organizações privadas para o bem público, e podem atuar independente de órgãos públicos e privados, como o governo e as empresas, mas em sua maioria sobrevivem por meio de investimentos e doações. Trata-se, portanto, de um setor que visa o bem-estar das minorias, e o seu impacto causa uma reforma política e social, que gera desenvolvimento no âmbito democrático e cidadão, o que lhe caracteriza como um setor de maior participação em prol da minoria social.

Esse setor é composto, em sua maioria, por organizações que são prestadoras de serviços, que popularmente são chamadas de Organizações Não Governamentais (ONGs). Essas organizações existem como resultado de exigências particulares para bens sociais, que em tese, deveriam ser oferecidas pelo setor público e, muitas vezes, não são. Segundo Fernandes (1994, p. 65) “por outro lado, apesar de serem não-governamentais, seus fins têm as características do serviço público”. Embora as ONGs sejam independentes do Estado e do Mercado, seu crescimento e participação social atraiu o interesse desses setores em atuarem “juntos”, isso em virtude de que sua ação reduz impactos sociais atingindo áreas em que estes setores não alcançam (SALAMON; ANHEIER, 1996 *apud* WEISBROD, 1977).

Nessa relação do Terceiro Setor com os demais setores há divergências, podendo ser de cooperação ou de competição. Porém, segundo Amorim *et al.* (2018, p.



3), “há a possibilidade de uma terceira via denominada de “coopetição”. Para Dagnino e Padula (2002), “coopetição” é uma forma de conceituar interdependência, na qual existe uma estrutura convergente entre os interesses e objetivos envolvidos.

Assim, entende-se que a relação entre as ONGs (Terceiro Setor) e o Estado (primeiro setor) podem ser permeadas por situações de competição, cooperação e coopetição, a depender das necessidades que ambos os setores possuem e também das situações geradas a partir destas especificidades.

Desse modo, reconhecer os aspectos que influenciam o surgimento das ONGs e a responsabilidade do Estado nas políticas sociais, poderá auxiliar os gestores Organização Sem Fins Lucrativos - OSFL a atuarem na “ausência” do primeiro setor otimizando a atuação e o impacto na gestão, e ao Estado, em novas políticas públicas e incentivos financeiros que estimulem a continuidade destas organizações, melhorando as parcerias que impactem o bem-estar da sociedade (CALDAS *et al.*, 2019). Especificamente, reconhecer esses aspectos em ONGs de cuidado ao idoso estimula a sobrevivência dessas organizações.

Segundo a pesquisa de Creutzberg (2007, p. 754) há baixa sensibilidade em “aprofundar ações compartilhadas com base em projetos de assistência e nas políticas já existentes” voltadas ao cuidado do idoso. Outro ponto apontado por Creutzberg (2007, p. 754) é que “há existência de dilemas éticos no cuidado à saúde do idoso institucionalizado que, no entanto, parecem ser ainda pouco discutidos, tanto no âmbito das instituições, quanto na gerontologia”

Assim, a partir dos aspectos fundamentados, questiona-se: em que nível o Estado influencia sua relação com o Terceiro Setor na atuação ao cuidado ao idoso? Por meio desse questionamento o artigo objetiva descrever os aspectos inerentes à relação entre Estado e Terceiro Setor no cuidado ao idoso, baseado na Teoria da Coopetição, no Lar São Vicente de Paulo, em Salgueiro - Pernambuco, sendo essa instituição relevante por se tratar da única instituição de cuidados a idosos no município.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva (YIN, 2016). Segundo Motta-Roth e Hendges (2010) pesquisa qualitativa e descritiva são muito usadas nas ciências sociais, e são desenvolvidas por meio de instrumentos como as observações, os roteiros sistemáticos e a entrevista. Para tanto, primeiro foram feitas observações por meio de participação em atividades e eventos, posteriormente a aplicação do roteiro estruturado, e em paralelo a análise documental.

A análise documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, em que se pode complementar as informações obtidas por terceiros, seja revelando novos aspectos do assunto ou problemas (LUDKE; ANDRÉ, 1986). A medida em que



NEPATS

se colhe as informações, é elaborada a percepção do fenômeno, deixando-se guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999).

No que se refere a análise documental, foram levantadas e analisadas normas legislativas e documentos eletrônicos, com o objetivo em identificar o surgimento de Organização Sem Fins Lucrativos - OSFL de cuidado ao idoso, as estimativas de crescimento do quadro de pessoas de 65 anos ou mais, quais são as políticas sociais existentes para proteção e cuidado ao idoso e a relação do Terceiro Setor com o Estado nas ações voluntárias aos idosos.

A partir disso, realizou-se o processo de observações por meio de participação em atividades e eventos *on-line* voltados na área de pesquisa do artigo. Esse processo de observação, com participação virtual, deve-se ao fato de que o presente artigo foi construído no período da pandemia do *Covid-19*¹, não havendo a possibilidade de realização das observações do campo de estudo presencialmente. Paralelo às observações, foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro estruturado no período de 01 a 12 de julho de 2021.

Todos esses procedimentos foram realizados por meio de um estudo de caso no Lar São Vicente de Paulo (LSVP), do município de Salgueiro, em Pernambuco. A escolha dessa organização deu-se pelo fato de que em mapeamento realizado pelos membros do Projeto de Pesquisa “Coopetição como instrumento de sustentabilidade das ONGs” em Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) do município em estudo, e dentre as organizações levantadas, o Lar São Vicente de Paulo (LSVP) é a única entidade em assistência ao idoso.

Desse modo, na sequência apresenta-se a fundamentação teórica do artigo e, posteriormente, uma análise de cunho reflexivo a partir dos dados levantados. Por fim, as considerações finais.

¹ A **Covid-19** é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.



1. TERCEIRO SETOR, ESTADO E ONGS

2.1 Terceiro Setor e atuação das ONGs

De acordo com Montaño (2003, p. 54), “o ‘Terceiro Setor’ teria vindo para ‘resolver’ um problema de dicotomia entre público e privado”. Se o país está em crise e o mercado tem lógica lucrativa, nenhuma das partes será capaz de atender às necessidades sociais. Com base nisso, o Terceiro Setor seria a junção entre ambos os setores: privado, porém público (FERNANDES, 1994).

Seu surgimento é oriundo de uma ramificação, em que no primeiro está o Estado; no segundo as organizações com fins lucrativos – empresas; e no Terceiro Setor estão as organizações sem fins lucrativos (FERNANDES, 1994). Sua formação é constituída por “organizações privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária” (ACOTTO; MANZUR *apud* MONTAÑO, 2003, p.55), em que estas instituições atuam em função de interesses coletivos. Tais organizações, em sua maioria, são prestadoras de serviços, que popularmente são chamadas de ONGs. Para Fernandes (1994, p. 67): “as ONGS podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e das iniciativas”. Em virtude dessas demandas, sua atuação diversifica-se em diferentes campos de atuação.

No Brasil, o termo ONG foi popularizado por ocasião da conferência Rio-92 (UNCED – *United Conference on Environment and Development*), bem como termos como desenvolvimento sustentável e outros termos relacionados à participação social em torno de temas de desenvolvimento. No entanto, teve “espaço” no universo brasileiro a partir da década de 1970 (CALEGARE, 2009).

Esse “espaço”, no período da ditadura, era marcado pelo tom político e pela unidade dos diferentes estratos sociais sob o objetivo comum de se opor ao regime atual, e fazendo sentido em fortalecer a sociedade civil. A partir dessa conquista de “espaço” do Terceiro Setor no Brasil, percebeu-se uma diferença no seu nascimento norte-americano da sua “origem” brasileira: enquanto o componente filantrópico e a tendência ao associativismo foram elementos marcantes para a definição no primeiro, no segundo ele “nasce” com uma marca de politização (FALCONER, 1999).

Com essa percepção sobre o seu nascimento no Brasil, seu crescimento no país dada pelo governo elencou-se pelo o tamanho, diversidade e complexidade da realidade brasileira, extrapolando do que se trata “de uma postura do governo que resgata os direitos democráticos da comunidade gerir os serviços públicos conforme suas próprias necessidades” (FISHER; FALCONER, 1998, p. 15).

Assim, conclui-se que a “filantropia” já era presente no Brasil, mas o modo institucional como é atuada começou a partir dos anos 70, estruturando-se nos anos 90. É nesse sentido que se fala em “nascimento” do Terceiro Setor no país. Esse novo



movimento é caracterizado por uma nova dimensão de “caridade”, em que se combinam ações privadas e governamentais.

2.2 Relações entre Terceiro Setor e Estado

Existem seis teorias que são aceitas para o estudo das origens do Terceiro Setor e sua relação com os demais setores, mas dentre elas, convém citar duas: a dos Bens Públicos (WEISBROD, 1977); e da Interdependência (SALAMON; ANHEIER, 1998). A Teoria dos Bens Públicos (WEISBROD, 1977) defende o surgimento do Terceiro Setor como resposta ao Mercado e ao Estado em atender às necessidades da sociedade, portanto, esses setores competiriam entre si (SALAMON; ANHEIER, 1998). Ainda dentro dessa perspectiva de competição, Oliver (1990) a coloca no topo das relações em rede, enfatizando que em um ambiente em constante mudança, as necessidades de planejamento da competição são óbvias, porque o conflito é natural no jogo.

Por sua vez, a Teoria da Interdependência (SALAMON; ANHEIER, 1998) defende as origens do Terceiro Setor como meio de complementaridade à ação estatal, que financia os seus serviços, assim, estabelece uma relação de cooperação. Essa relação de cooperação, que por sua vez, busca regular as relações por meio da “paz” e parceria, entende-se que muitas organizações só serão bem-sucedidas se outras também forem.

Para Almeida (2011, p. 94), a existência do Terceiro Setor “deve ser explicada através das interdependências e das articulações que mantém com os restantes setores institucionais da economia”. Porém, ainda há controvérsias em relação ao Terceiro Setor: por um lado é visto como uma esfera que atinge grandes problemas, e por outro, a sua funcionalidade atuante intenciona em adquirir responsabilidades que cabem aos demais setores (PERUZZO, 2013).

Com base nessas teorias, é possível entender a relação entre o Terceiro Setor e o Estado. Segundo Amorim *et al.* (2018, p. 3) “partindo de discussões que envolvem Terceiro Setor e Estado, é relevante destacar que há posicionamentos divergentes quanto a essa relação, que podem ser de cooperação ou competição”. No entanto, há uma terceira via, denominada de “Coopetição”, que significa estabelecer uma relação híbrida e simultânea entre competição e cooperação (NALEBUFF; BRANDENBURGER, 1996). A relação de coopetição, tem como base os fundamentos da Teoria dos Jogos e as relações de poder para a maximização da capacidade de uma organização em gerar rede de valor, e é vista como uma forma diferente de entender essas relações, tendo em vista que nas interações entre organizações muitas vezes ocorrem simultaneamente cooperação e competição (EIKEBROKK; OLSEN, 2005).



2.3 ONGs voltadas para proteção e cuidado ao idoso

Segundo Fernandes (1994, p. 70) “o trabalho feito pelas ONGs pode ser subdividido em 17 categorias”. Assim, entende-se que essas organizações desenvolvem seu papel em variados campos de atuação, como por exemplo, na assistência social voltada para a proteção e o cuidado ao idoso. No Brasil, essas instituições são formalmente chamadas de Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI). De acordo com a Lei 8.842, de 1994, a função dessas instituições, dentre outras, é dar assistência aos idosos sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social (BRASIL, 1994).

Tais instituições surgem de uma lógica que ao longo do tempo, apareceram mudanças sociais nas famílias, e manter seus familiares idosos em casa deixou de ser uma opção. Segundo o IBGE (2016), as estimativas são que a partir de 2040 haja mais pessoas de 65 anos ou mais do que crianças de 0 a 14 anos, assim, um a cada quatro brasileiros será idoso. Outro dado importante apontado pelo IBGE (2015) foi aumento na dependência social no grupo dos idosos, em 2004, o indicador teve elevação de 15,3% para 21,2%.

De acordo com Mendes (2005), esse crescimento paralelo da população dos idosos à sua dependência total, enfatiza uma realidade preocupante: “o envelhecimento sem qualidade e a carência no aspecto político e social que deem suporte para um envelhecimento saudável” (MENDES, 2005, p. 423). “Esse crescimento traz a consciência da existência da velhice como uma questão social. Questão esta que pede grande atenção” (MENDES, 2005, p. 423). Assim, entende-se que o aumento populacional dos idosos poderá aumentar significativamente a demanda por ONGs e conseqüentemente, alavancar o número dessas instituições, o que levanta o questionamento sobre a responsabilidade dessas organizações no cuidado dessa parcela da população.

De acordo com o Estatuto do Idoso, a atenção à população idosa é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Além disso, é previsto que a implementação de programas não seja somente de responsabilidade de órgãos não governamentais, mas em cooperação de órgãos públicos, que em alguns lugares mostra-se pouco atuante no auxílio às ONGs que se prestam a esse serviço de cuidado ao idoso (BRASIL, 2003).

Nas ONGs de cuidado ao idoso, os recursos necessários para manutenção são escassos. Há assim a principal dificuldade de sobrevivência dessas



NEPATS

instituições: a sustentabilidade econômica para garantir a assistência e o cuidado ao idoso (CREUTZBERG, 2007).

Segundo Creutzberg (2007), para manutenção econômica dessas organizações, identifica-se três categorias para analisar os recursos: “recursos econômicos para a manutenção da ILPI”, “as fontes dos recursos econômicos”, “os recursos, fontes alternativas e estratégias” (CREUTZBERG, 2007, p. 751).

A partir dessa identificação, há disseminação de tais recursos para “a manutenção do idoso na instituição, que vai desde insumos alimentares e materiais de higiene até o pagamento de funcionários e de impostos” (CREUTZBERG, 2007, p. 751). Além desses custos para manutenção do idoso, há gastos necessários para manter o local adequado, e isso exige constantes reformas e adaptações e aquisição de equipamentos de auto ajuda. Ainda, Creutzberg (2007), ressalta a necessidade de levantar indicativos para análise das necessidades a serem atendidas de acordo com o sistema econômico da organização.

As ILPIs sem fins lucrativos, de caráter privado, enfrentam muitas dificuldades para suprir seu orçamento mensal, sendo que a maior parte vem de doações, uma porcentagem de previdência social, porém alguns dos idosos têm a aposentadoria comprometida, ou não aposentados pertencente a classe de extrema pobreza, e verba pública. “Em algumas situações”, quando há a participação do Estado, “as verbas públicas são repassadas para projetos específicos, voltados à ampliação ou reforma de instalações, aquisição de equipamentos, dentre outros, aprovados em órgãos governamentais” (CREUTZBERG, 2007, p. 753).

2.4 O Lar São Vicente de Paulo (LSVP)

De acordo com o Estatuto Social (LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 2019), o Lar São Vicente de Paulo foi fundado em 31 de março de 1914 pela Sociedade São Vicente de Paulo - SSVP no Brasil com o objetivo de realizar atividades filantrópicas cristãs no campo da assistência social e promoção humana, e sua origem legal é a mesma do Conselho Central Salgueiro da SSVP e ao Conselho Metropolitano de Olinda e cidade do Recife na forma do regulamento da SSVP brasileira.

De acordo com o art. 1º do Estatuto Social do Lar São Vicente de Paulo, o LSVP é “uma associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, de assistência social, Organização da Sociedade Civil (OSC), com natureza de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)” (LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 2019, p. 1)



O LSVP disponibiliza serviços de acolhimento permanente para idosos, denominados “serviços de segurança e acolhimento”, nos quais os idosos são colocados em condições dignas. A instituição também está empenhada em reparar ou minimizar os danos causados pela experiência de violência e abuso, preservando a identidade, integridade e história de vida. O acolhimento é destinado para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, tanto pessoas independentes como pessoas com diversos graus de dependência física.

2. COOPETIÇÃO COMO ASPECTO INERENTE NA RELAÇÃO ESTADO-TERCEIRO SETOR: PONTO PARA ANÁLISE E REFLEXÃO

A partir das atividades e eventos *on-line* foram obtidas as primeiras características da realidade da ONG, para posteriormente fundamentar a entrevista. Com isso, o instrumento de coleta de dados definido é um roteiro estruturado de entrevista gerado a partir da perspectiva de coopetição, proposta por Nalebuff e Brandenburger (1996), sendo uma adaptação do que foi utilizado por Amorim *et al.* (2018). Subdividiu-se esse roteiro em três partes: informações gerais sobre a ONG; identificação da rede de valores e das PARTES – rede de valor, jogadores; valores; regras e táticas. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com as categorias de análises e elementos analisados no estudo.

Quadro 1 – Categorias de análise e elementos analisados na pesquisa.



CATEGORIAS	ELEMENTOS ANALISADOS
Rede de valor	-Qual a relação da ONG com o Estado? - Qual o impacto dessa relação para os idosos? -Há equilíbrio do poder de decisão mediante a relação com o Estado?
Jogadores	-Existem indivíduos da ONG que trabalham no Estado?
Valores	-Quais as contribuições da atuação da ONG? -Essas contribuições são únicas ou outros podem desempenhar?
Regras	-Há regras mantidas na relação da ONG com o Estado? -Caso haja, existem procedimentos formais dessa relação?
Táticas	-Qual a capacidade da ONG influenciar o ambiente ao seu redor? -O que a ONG mudaria em sua relação com o Estado?

Fonte: Elaboração própria (2021)

A aplicação do roteiro se deu por meio de duas ferramentas *online*: *Google Meet* e *WhatsApp*. Essas ferramentas virtuais foram utilizadas devido ao atual cenário da pandemia do *Covid-19*, em que não está havendo mais acesso cotidiano, principalmente a alguns entrevistados que pertencem ao grupo de risco e por estarem em contato diário com os idosos, assim reduzindo a socialização.

3.1 Entrevistados

Dentro das categorias definidas foram entrevistadas pessoas de diferentes níveis hierárquicos, sendo: direção estratégica, administrador, colaborador, vicentino e voluntário (Quadro 2). Essa definição do público a ser entrevistado serviu para obter variadas percepções dentro da mesma instituição.

Quadro 2: Caracterização dos entrevistados da pesquisa



Entrevistado	Idade	Função	Tempo de atuação na ONG
A	67 anos	Direção estratégica	29 anos
B	55 anos	Administrador	5 anos
C	36 anos	Colaborador	5 anos
D	24 anos	Vicentino	5 anos
E	49 anos	Voluntário	1 ano

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Portanto, com base nas entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo como a estratégia mais adequada para avaliação dos dados, sendo uma metodologia composta por um conjunto de técnicas com intuito de comprovar informações resultando em um ou vários sentidos (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Essa interpretação das informações realizou-se por meio do estudo das falas dos entrevistados a partir das categorias relacionadas no Quadro 1. Assim, inicialmente, foram categorizadas as narrativas dos sujeitos de acordo com a definição das perguntas, cujas respostas foram analisadas conforme as perspectivas em que essas categorias são constituídas, conforme descrição apresentada na sequência.

3.2 Rede de Valores

Segundo Nalebuff e Brandenburger (1996), definir a rede de valores é imprescindível, para o entendimento das perspectivas do público-alvo e dos fornecedores. Partindo desse pressuposto, não conhecer suas relações e os seus valores, influencia negativamente em aspectos importantes à organização.

Desse modo, a partir da primeira categoria, rede de valor, foram analisadas a relação da ONG com o Estado; o impacto dessa relação para os idosos; e o equilíbrio do poder de decisão mediante essa relação. Assim, obteve-se a seguinte afirmação:

“A gente não tem nenhuma relação diretamente com o Estado. [...] não tem uma contrapartida nem do governo federal, nem estadual e nem municipal” (Entrevistado B).



Hulme e Edwards (1997), na tentativa de descrever as relações entre ONG e Estado, argumentam que esse relacionamento é constituído entre parceiros resistentes destacando que as relações, além de complexas, variam muito. Os entrevistados apontam que:

“A ONG é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos [...] a instituição precisa cumprir com todas as orientações e leis definidas na Constituição, na Política Nacional de Assistência Social, na Política Nacional de Saúde e no Estatuto do Idoso” (Entrevistado D).

“Existe todo um aparato legal, jurídico e de cobrança tanto da sociedade como das entidades legais né, tipo: Ministério Público, Conselho do Idoso [...]” (Entrevistado E).

Desse modo, “entende-se que o Estado é um jogador que não se pode evitar, pois de uma maneira ou de outra, as organizações, sejam do segundo ou terceiro setor, criam laços de dependência com ele” (AMORIM *et al.*, 2018, p. 248).

A instituição tem uma relação divergente com o Estado, tendo papéis e atribuições somente por meio da cobrança em ambas as partes, em que o Estado exige procedimentos legais na entidade quanto ao seu funcionamento e existência, e a ONG em contrapartida, cobra recursos para sua sobrevivência.

3.3 Jogadores

Nessa perspectiva, os jogadores são todos os que compõem a rede de valores. Para continuar a identificação dos jogadores da rede de valor, foi questionado aos entrevistados se existem indivíduos da ONG que trabalham no Estado:

“Sim. Alguns técnicos multiprofissionais prestam serviço a órgãos públicos” (Entrevistado A).

“Têm duas funcionárias do projeto do Banco Santander que estão prestando serviço dentro do Lar São Vicente de Paulo, que prestam serviço na unidade UPA de saúde, mas os demais não” (Entrevistado B).



Segundo Nalebuff e Brandenburger (1996), uma relação interativa no jogo entre as organizações, aponta que as funções são variáveis, podendo haver competição, e posteriormente cooperação.

“[...] Por exemplo, "nesse determinado ano, determinado gestor público da cidade decidiu que vai ceder para aquela instituição dois professores ou dois enfermeiros”, não, essa situação não existe” (Entrevistado E).

Segundo Amorim *et al.* (2018, p. 251), o primeiro setor e o Terceiro Setor “possuem naturezas distintas, acredita-se que a vinculação de um mesmo jogador em ambos poderia resultar em divergências significantes de interesses, a ponto de colocar em risco a autonomia das ONGs diante do Estado”. Mas, no contexto estudado, percebeu-se que esses jogadores que atuam nos dois setores não influenciam diretamente na perspectiva das divergências, pois são funções a parte que não envolvem diretamente os dois jogadores no estudo em questão.

3.4 Valores

No Terceiro Setor é comum relacionar valores a solidariedade e a reciprocidade. Para analisar os valores da entidade em estudo, foi questionado aos entrevistados quais as contribuições da atuação da ONG, obtendo as seguintes falas:

“O nosso trabalho é de proteção à pessoa idosa em estado de vulnerabilidade e/ou violação de direitos” (Entrevistado A).

“[...] Oferecendo assistência integral, cuidando da saúde e bem-estar de pessoas na terceira idade que estão em situação de vulnerabilidade [...]” (Entrevistado D)

“É uma modalidade de serviço que tanto o poder público como privado podem ofertar, no entanto na região somente nós ofertamos” (Entrevistado C).

Segundo Montañó (2003) o Terceiro Setor teria surgido com o objetivo de solucionar uma subdivisão entre o primeiro e segundo setor. Com base nisso, as ONGs



seriam a junção entre ambos os setores: privado, porém público (FERNANDES, 1994). Assim, essas teorias afirmam a realidade apresentada nas falas acima. Outro questionamento importante sobre este fato é apresentado por um dos entrevistados abaixo:

“[...] A gente não teria a necessidade do terceiro setor né, ele só aparece porque [...] existem falhas né, e essas falhas, eu vou dizer que não é só do poder público, mas é também, vamos dizer assim, em consequência das formas de organização, de relacionamento, de convivência, [...] de uma pessoa idosa ser institucionalizada né, desde os motivos econômicos, como de abandono, de relacionamentos são variados [...], existe essa lacuna no cuidado e no acolhimento, e essas pessoas ficam quase que desamparadas ou maltratadas a ponto de ser institucionalizado” (Entrevistado E).

Considerando esse fato, Nalebuff e Brandenburger (1996) apontam que sem determinado jogador não há jogo, o que não só caracteriza o surgimento do Terceiro Setor, mas que neste estudo, por exemplo, essa ONG seja uma das peças principais para que o público alvo não perca amparo. Sendo assim, a sua existência e sobrevivência como um dos principais valores.

3.5 Regras

Os entrevistados foram questionados se há regras na relação ONG-Estado, e caso haja, quais são as regras, obtendo as seguintes narrativas:

“Não conheço regras mantidas na relação da ONG com o Estado” (Entrevistado B).

“No município não existem pactuações formais, como plano e fluxo construídos com o poder público e sociedade civil” (Entrevistado C).

“Não existem procedimentos formais” (Entrevistado D)

Baseado nas narrativas dos sujeitos acima, percebeu-se que não há regras estabelecidas para essa relação ONG-Estado, sendo apenas uma convivência construída ao longo do tempo. Segundo Nalebuff e Brandenburger (1996), essa relação



é considerada como jogo organizacional “implícito”, visto que não há regras documentadas para esta relação, a descrevendo como informal.

“[...] assim, existe também muita, muita, muito diálogo né, na tentativa de que traga também o poder para o poder público, para ser parceiro também né. Afinal, ta ali cumprindo uma função que é de política pública né [...]” (Entrevistado E).

Visto que não há regras que regulamentam essa relação ONG-Estado, o entrevistado B destacou alguns procedimentos formais necessários para a obtenção de recursos que garantam a sobrevivência da instituição:

“[...]a gente tem o projeto Humanidade [...] a gente faz campanha, realização de festas para conseguir recursos para ajudar a manter a ONG, porque a gente não tem uma contrapartida nem do governo federal, nem estadual e nem municipal [...]” (Entrevistado B).

“[...]os benefícios dos idosos são geralmente de um salário mínimo e a maioria deles aqui já vieram comprometidos né [...]” (Entrevistado B).

O projeto Humanidade, apontado inicialmente na fala do sujeito, é um projeto do governo com convênio do Banco Itaú. Esse projeto, segundo o entrevistado B, consistia em visitas e reuniões para dar orientações em relação ao cotidiano, tendo sua atuação restrita ao estado de Pernambuco.

Outra forma de viabilização de recursos para arcar com as despesas mais altas, são os editais de projetos para capitalização financeira. Um projeto, por exemplo, foi o programa Assistência Geral Social, referente ao Termo de Colaboração e Fomento nº 006/2018, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a manutenção da entidade. Esse recurso foi emitido pelo Fundo Nacional de Assistência Social, um órgão público do Estado. Além deste, o mais recente é o Parceiro do Idoso - Santander, realizado por inscrição em um edital. Ambos projetos constam no Portal da Transparência do município de Salgueiro/PE.

Segundo Caldana, Souza e Camiloto (2012), esses autores explicitam que uma vez a disputa por alianças estratégicas com o Estado para financiamentos de projetos se faz uma realidade no Terceiro Setor. Nesse momento, na execução das ações, ficou evidente o conflito entre a racionalidade substantiva e a racionalidade



instrumental, pois algumas situações exigem que as ONGs se posicionem instrumentalmente, assumindo fatores burocráticos e de ordem pessoal (AMORIM *et al.*, 2018).

Com essas falas dos entrevistados acima, percebe-se que é notável o conflito entre interesses dos dois sujeitos em estudo, os mesmos afirmando que não há projetos do Estado especificamente ao LSVP, restando apenas por iniciativas da própria instituição para sua sobrevivência, mas em contrapartida, havendo uma contribuição indireta do Estado com esses recursos.

Essas narrativas estão de acordo com alguns aspectos evidenciados por Almeida (2011), em um estudo avaliou a relação entre o primeiro, o segundo e o Terceiro Setor. O referido autor relata que o Estado é um excelente parceiro na governação, mas, por outro lado, é o mesmo que organiza as condições dela, cabendo-lhe a definição dos dispositivos reguladores, o que explica esse conflito de interesse do Estado com a instituição.

3.6 Táticas

Ckagnazaroff, Guimarães e Souza (2003) afirmam que o sucesso ou fracasso de uma ONG depende de sua habilidade de influenciar o ambiente e avaliar os fatores do ambiente externo, muito importantes para seus programas e atividades. Assim, foi questionado aos entrevistados qual a capacidade da instituição influenciar o ambiente ao seu redor, obtendo as seguintes falas:

“[...] despertar na população a questão da importância de cuidar dos seus idosos[...]” (Entrevistado B).

“A ONG influência como agente transformador em todas as esferas da sociedade, pois atua na implementação de políticas públicas preenchendo, dessa maneira, a lacuna que poderia ser ocupada efetivamente pela atuação do poder público” (Entrevistado D).

Por meio das falas acima, um dado importante foi apresentado pelo entrevistado D, em que atuação da instituição preenche uma lacuna em que poderia ser ocupado pelo Estado. Esta afirmação define uma das principais características para o surgimento do Terceiro Setor. Ainda nessa perspectiva, o entrevistado C relata:



“[...] existe resistência sobre o debate e entendimento do serviço e sua relevância por parte do poder público[...]” (Entrevistado C).

Essa afirmação conclui que apesar de ser algo notório e relevante a existência e atuação social por parte da ONG, o Estado ainda não reconheceu esse fato importante.

Segundo Nalebuff e Brandenburger (1996), as percepções dos sujeitos compreendem um fator fundamental, em que a maneira pela qual esses indivíduos percebem o ambiente irá influenciar em suas ações. Com isso, outro questionamento dado aos entrevistados foi o que a ONG mudaria em sua relação com o Estado:

“Acho que tem que ver a questão da contrapartida, dessa importância, que o Estado não seja só um veículo, digamos de fiscalizador né, que ele tenha atribuição, atuação em contrapartida dentro da instituição” (Entrevistado B).

“[...] estreitar as relações e responsabilidades nessa garantia de direitos [...]” (Entrevistado C).

Nas falas dos entrevistados acima, percebe-se que a instituição quer estreitar essa relação ONG-Estado, em que haja uma contrapartida do poder público não apenas como órgão fiscalizador, mas também que sua atuação possa contribuir para a sobrevivência da ONG. Porém, o entrevistado E confessa um fato importante atual:

“A ONG, enquanto ela mesma, é difícil essa mudança vim debaixo para cima [...] é mais uma questão de provocar o Estado para cumprir o seu papel né, de dialogar com esses poderes [...]” (Entrevistado E).

Ainda nessa perspectiva, abordado pelo entrevistado E, Pinheiro (2004) afirma que no Terceiro Setor há ausência de identidade, resultando em falta de poder. Não havendo esse poder, o Terceiro Setor não tem como tratar de forma igual com os demais setores. Assim, não tem capacidade suficiente de lidar com algumas adversidades, por exemplo, dado o problema apresentado pelo entrevistado E.

No entanto, Segundo Amorim *et al.* (2018, p. 256) nessa relação entre ONG-Estado, “dentre as táticas presentes no jogo também há elementos que não contribuem com a cooperação entre eles, tais como: burocracias e possível ausência de apoio nas atividades, podendo assim interferir na parceria estabelecida”.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises dos achados da pesquisa, pôde-se observar que há uma relação controversa do Lar São Vicente de Paulo em relação ao Estado. Segundo as informações obtidas, não há uma contrapartida do Estado com a pessoa idosa, pois o setor público se configura como órgão fiscalizador, e não provedor de recursos para a manutenção da ONG. Porém, mesmo diante dessa postura, a organização precisa (é dependente) de tais auxílios para a sobrevivência e por isso insiste na cobrança de uma outra postura por parte do Estado.

Desse modo, essa relação configura-se como cooperativa, mas com fortes tendências de competição. Essa reação é resultante de lacunas existentes na sociedade causadas por falhas do Estado referente no cuidado ao idoso no município, em que ambos lutam para sobreviver em caminhos distintos, mas em curto período houve uma relação simultânea de cooperação.

Por fim, a finalidade deste trabalho é ter descrito a relação do Terceiro Setor atuando na “ausência” do Estado no cuidado ao idoso, na relação do Estado e o Lar São Vicente de Paulo, que embora tenha sido constatado algumas contribuições indiretas do Estado, não há uma relação direta contínua entre ambas as partes de cooperação, mas uma luta individual constante em prol de sobrevivência.

Em estudos futuros faz-se necessário avaliar a perspectiva do Estado no que tange às categorias analisadas, e qual o lugar que a ONG ocupa mediante a visão do poder público. Desse modo, outras percepções podem ser analisadas, bem como estratégias baseadas nas táticas de cada setor. Afinal, como visto no decorrer deste artigo, as percepções variam de indivíduo a indivíduo.

Desse modo, entende-se que uma das limitações do trabalho foi o fato do não aprofundamento na proposta de observações para confrontar com os dados da entrevista. Isso aconteceu devido ao cenário pandêmico pós *Covid-19*, impactando a proposta inicial de visitas na ONG, em que na própria instituição é integrada pelo grupo de risco, que são os idosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vasco. Estado, mercado e terceiro setor: a redefinição das regras do jogo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 95, p. 85-104, 2011.

AMORIM, Amanda Florense Alves; MENDES, Josiete da Silva; PEREIRA, Layse Maria Leite; CAVALCANTE, Carlos Eduardo. A regra do Jogo: relação entre estado e



terceiro setor. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 236-264, 2018. *Revista de Gestão e Secretariado (GESEC)*. <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v9i1.771>.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 01 out. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. IBGE - UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 14. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 132 p.

BRASIL. IBGE - UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 15. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira; SOUZA, Lícia Barcelos de; CAMILOTO, Cláudio Márcio. Sentidos das ações voluntárias: desafios e limites para a organização do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 170-177, 2012.

CALDAS, Patrícia Trindade; AMORIM, Amanda Florense; VALE, Solange Cristina do; CAVALCANTE, Carlos Eduardo; DIAS, Thiago Ferreira. De onde vim? Para onde vou? O terceiro Setor em João Pessoa/PB. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L.], v. 17, n. 46, p. 333-356, 28 fev. 2019.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JUNIOR, Nelson. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-148, 2009.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; GUIMARÃES E SOUZA, *Maria Tereza Costa*. Relação entre ONG e o Estado-um estudo de parceria. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 2, n. 1, 2003.

CREUTZBERG, Marion; GONÇALVES, Lúcia Hisako Takase; SOBOTTKA, Emil Albert. The economic survival of long stay institutions for impoverished aged people. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 15, p. 748-754, 2007.

DAGNINO, Giovanni Battista; PADULA, Giovanna. Coopetition Strategy: toward a new kind of inter-firm dynamics?. **International Studies Of Management & Organization**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 3-10, 2007.

EIKEBROKK, Tom Roar; OLSEN, Dag Hakon. Co-opetition and e-Business Success in SMEs: An Empirical Investigation of European SMEs. *In: Proceedings of the 38th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2005, Big Island*. **Anais [...]** Big Island, 2005, p 1-10.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração de Recursos Humanos) - Faculdade



de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 156p.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo no terceiro setor. **RAUSP Management Journal**, v. 33, n. 1, p. 12-19, 1998.

HULME, David; EDWARDS, Michael. **NGOs, States and Donors**: too close for comfort?. London: Macmillan Press, 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, Márcia R. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; FARO, Ana Cristina Mancussi e; LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Gabriela Rabuske. **Produção textual na universidade**. 20. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NALEBUFF, Barry J.; BRANDENBURGER, Adam M. **Co-opetição**: 1. um conceito revolucionário que combina competição com cooperação, 2. a estratégia da teoria do jogo que está mudando o jogo dos negócios. São Paulo: Rocco, 1996.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Fundamentos Teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no Terceiro Setor: perspectiva alternativa. **Revista Famecos**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 89, 2013.

PINHEIRO, Daniel Moraes. Sustentabilidade Social de uma Organização de Economia Social: um estudo de caso na AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial. **Cayapa**, Mérida, v. 4, n. 7, p. 49-66, 2004.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. Social Origins of Civil Society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Conselho Central de Salgueiro. Estatuto Social do Lar São Vicente de Paulo nº 220. Salgueiro, 20 de outubro de 2018. Salgueiro, p. 1-24.



WEISBROD, Burton Allen. **The voluntary nonprofit sector**: an economic analysis.
Lexington: Lexington Books, 1977.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

